Diário Económico

Assine já!

Ligue para 213 236 771 / 213 236 816
ou através de assinaturas@economico.pt
Outras mais informações vá a www.economico.pt

ÚLTIMA HORA

Jessica Rinaldi / Reuters

Eleições antecipadas, é "uma hipótese que não pode ser descartada" e tem um efeito negativo pois "durante o processo eleitoral e de formação do Governo a implementação de medidas estruturais ou orçamentais chave poderá ser afectada", segundo Eileen Zhang.

S&P reitera que Portugal vai recorrer à ajuda externa

Novas regras da ajuda da UE e do FMI são penalizadoras para o 'rating', alerta a agência.

A Standard & Poor's reiterou ontem que Portugal é um dos principais candidatos a recorrer à ajuda da União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, devido "às elevadas necessidades de financiamento externo nos próximo anos", defende um comunicado da agência de notação financeira, mesmo depois do Executivo de ter anunciado o PEC IV com novas medidas de austeridade. Medidas essas que, segundo José Sócrates, visam precisamente evitar o recurso à ajuda externa.

A agência de 'rating' – que desde 30 de Novembro de 2010 tem Portugal sob vigilância negativa para possível revisão em baixa da nota em dois níveis – adiou a sua decisão até conhecer as decisões dos líderes europeus sobre as exactas características Mecanismo Europeu de Estabilidade. Em dúvida estava se as com as novas regras, em caso de 'default' ou de reestruturação da dívida, o pagamento dos títulos aos credores privados estaria em causa, assim como o próprio valor do reembolso. Ontem, em comunicado, a S&P frisou que, "caso estas medidas se materializem", como assim deu a entender a cimeira extraordinária da zona euro de sexta-feira, "terão consequências ao nível do 'rating' para os detentores de dívida pública de países que recorrerem ao mecanismo europeu de estabilidade".

Ver também págs. 6 a 9

A S&P frisa que as economias da zona euro "não serão todas afectadas da mesma forma", mas apenas as que consideram ser potenciais clientes da ajuda externa: Portugal e a Grécia.

As elevadas necessidades de financiamento de Portugal e as limitadas fontes a que pode recorrer poderão forçar Portugal a ter de recorrer à ajuda, "derrapagens relevantes nos planos do Governo de ajustamento orçamental e estrutural" e "acontecimentos políticos que poderão sabotar o processo de reforma económica", são os três factores que determinarão a revisão em baixa do 'rating' já anunciou a S&P, quando explicou porque adiou a decisão.

Portugal está ainda sob pressão da Moody's que também tem o 'rating' do país sob vigilância negativa para possível revisão em baixa, também em dois níveis. A decisão de ambas as agências deverá ser conhecida por altura do Conselho Europeu de 24 e 25 de Março. ■ **M.S.**

Carlos Tavares defende regras de bom governo no SEE

O presidente da CMVM, Carlos Tavares, defendeu ontem a extensão das regras de bom governo societário aplicadas às sociedades cotadas às empresas estatais, e disse apoiar o sistema independente de nomeações para cargos públicos existente em Inglaterra.

Referindo que o governo já tem dado alguns "passos positivos" com recomendações, o presidente da CMVM adiantou, à margem de uma conferência organizada pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que podem ser dados "passos adicionais" nomeadamente com a "extensão quase completa das regras de governo das cotadas às empresas públicas, nuns casos de carácter vinculativo", com adaptações.

Na conferência sobre "O sector empresarial do Estado, critérios e procedimentos na nomeação de gestores – a experiência britânica", que contou com a presença de Janet Gaymer, ex-comissária régia para as nomeações públicas em Inglaterra, o presidente da CMVM disse ser um "apoiante firme e sincero" do sistema britânico. E deixou, a título pessoal, por esta não ser matéria do âmbito da CMVM, cinco sugestões para melhorar as práticas nas empresas públicas, que disse já ter discutido com o governo. Estas incluem, além da aplicação do código, as nomeações– onde defende um "sistema que siga as boas práticas definidas pela OCDE" e que seja aplicado também aos reguladores– um sistema de protecção de minorias, a implementação de um sistema de avaliação para os gestores, a divulgação de contas e de factos relevantes.

O presidente do IPCG, Pedro Rebelo de Sousa, defendeu a introdução de um mecanismo de escrutínio, tendo por base "dois princípios, o da transparência e o da meritocracia", dois dos sete princípios do processo de nomeações em Inglaterra. ■ **M.R.**

OPINIÃO

BRUNO PROENÇA
Director Executivo
bruno.proenca@economico.pt

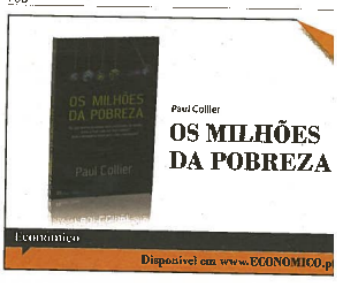
Eleições asap

O país assiste a uma novela política de má qualidade gumento está gasto e os personagens arrastam-se naquela fase em que todos já sabemos o final mas nuam as piruetas para aguentar novos episódios. crises económica, financeira e agora política e soci gem um corte abrupto na novela. São precisas eleiç gislativas o mais depressa possível para tirar o País tual impasse. O Governo já não faz porque não cons a oposição não avança porque quer saber o 'timing em que pode chegar ao poder.

Este Executivo de Sócrates sofre de um pecado or tem um apoio minoritário no Parlamento. Num cont crise económica, isso tem sido fatal porque não per implementação de uma política coerente. Os sociali sofreram várias coligações negativas, aspecto que te acentuado pela inabilidade de José Sócrates em fazer com os outros partidos. O animal feroz é incompativ tempos de diálogo e concertação. Não é altura de art pesada mas de 'soft power'. Resultado: o Governo está mente isolado.

A ruptura com o PSD foi confirmada na sexta-feira da depois do primeiro-ministro não ter apresentado guém o novo plano de austeridade. Com o Presidente pública, passou-se da cooperação ao conflito institucio os outros partidos não podem ajudar o Governo, sob p colocarem a sua sobrevivência em xeque.

A isto junta-se a fraqueza e o cansaço do Gov Apresenta novos planos de austeridade de três em meses mas os resultados sustentados tardam em a cer. Primeiro os funcionários públicos com um cor salários, agora os pensionistas com menos pens pelo meio, todas as famílias pagam mais impostos cebem menos prestações sociais. Mas o défice de 20 desceu com o fundo de pensões da PT e a execuç Orçamento deste ano não resistiu ao primeiro trim – já necessitou de uma espécie de rectificativo. É ist tem minado a credibilidade do Governo. Os investi nos mercados e as agências de 'rating' já não acre que o Executivo resolva os problemas sem pedir ajud terna. Na Europa, os outros Estados-membro estão pre a exigir mais medidas porque desconfiam da ca dade da equipa de Sócrates. E os portugueses já perd todas as esperanças, como foi possível sentir com a n festação de sábado.

As declarações de José Sócrates e do PSD ontem ao fi dia foram mais uma oportunidade perdida. Mais um sódio falhado da novela política que já só mostra o São necessárias eleições para ter um novo Governo legitimidade política e credibilidade renovada. Mas isto, a oposição tem de assumir as suas responsabilid Primeiro, porque José Sócrates já mostrou que nã embora pelo seu pé. Os partidos terão que ser conseq tes com as suas críticas e provocar as eleições. Segun oposição terá de dizer aos portugueses que vai man política do cinto bem apertado quando chegar ao p porque não há outra forma de resolver a crise finan (com ou sem ajuda internacional). Esta situação é in tentável. É tempo de avançar para clarificações. ■

PUB